

2023

Relatório de Gestão Instituto de Terras do Pará



HELDER ZALUTH BARBALHO
Governador do Estado

HANA GHASSAN TUMA
Vice-Governador

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS
Presidente

CELSO ANTONIO TRIERWEILER
Assessor Chefe

GRAÇA MARTINS CAVADA
Chefe de Gabinete

FERNANDA JORGE SEQUEIRA
Diretora Jurídico

SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY
Diretora de Administração e Finanças

MARICELI NASCIMENTO MOURA FLEXA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

POTIGUARA PRAZERES DE OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Belém-PA

Janeiro / 2024

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2020-2023	9
2. ITERPA NO PPA 2020-2023	15
2.1. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA	16
2.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	19
2.3. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	22
2.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA	23
2.3.2. ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS PÚBLICAS	26
2.3.3. SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ – SICARF	27
2.3.4. AÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – METAS FÍSICAS	30
2.3.3. TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS	42
2.3.4. COMPROMISSOS REGIONAIS	43

Lista de Quadros

1. Quadro 1: Documentos Expedidos no período de 2020- 2023.....	9
2. Quadro 2: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Governança Pública de 2020-2023	16
3. Quadro 3: Execução Meta Física e Financeira do Programa Governança Pública.....	17
4. Quadro 4: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Governança Pública de 2020-2023	19
5. Quadro 5: Execução Meta Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão	20
6. Quadro 6: Servidores do ITERPA	21
7. Quadro 7: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável de 2020-2023	23
8. Quadro 8: Execução Meta Física e Financeira do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	24
9. Quadro 9: Demonstrativo físico financeiro por Região de Integração	24
10. Quadro 10: Áreas arrecadadas e matriculadas	27
11. Quadro 11: Processos cadastrados no SICARF.....	28
12. Quadro 12: Tipos de processos no SICARF.....	28
13. Quadro 13: Cadastros anuais.....	29
14. Quadro 14: Documentos de terra expedidos por região de integração.....	31
15. Quadro 15: Documentos de terra expedidos por município.....	32
16. Quadro 16: Títulos expedidos por município.....	35
17. Quadro 17: Títulos expedidos por região de integração.....	37
18. Quadro 18: Títulos de áreas patrimoniais.....	38
19. Quadro 19: Documento de Regularização urbana.....	39
20. Quadro 20: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e PEAEX.....	39
21. Quadro 21: Resgate de Aforamento.....	40
22. Quadro 22: Temos de Permuta	41
23. Quadro 23: Certidões de Autenticidade e Localização.....	42
24. Quadro 24: Documentos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis.....	43
25. Quadro 25: Compromissos regionais originais.....	44
26. Quadro 26: Compromissos regionais revisados.....	45
27. Quadro 27: Detalhamento dos compromissos regionais.....	46
28. Quadro 28: Títulos emitidos para comunidades quilombolas fora dos compromissos.....	47

Lista de Siglas

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

DEAF – Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

DOE – Diário Oficial do Estado

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

PEAEX – Projetos de Assentamento Agroextrativista

PEAS – Projetos de Assentamentos Sustentáveis

PPA – Plano Plurianual

PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará

REURB – Regularização urbana

SEDOP – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Estado do Pará

SICARF – Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará

SIGPLAN – Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará

TJPA – Tribunal de Justiça do Estado do Pará

TS – Territórios Sustentáveis

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Terras do Pará - ITERPA, apresenta as principais realizações desenvolvidas no ano de 2023. Sua estrutura institucional, organizada em três diretorias, além da Assessoria da Presidência, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ouvidoria, Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários e Comissão Permanente de Análise de Documentos, refletem as ações estratégicas de responsabilidade do ITERPA que estão alinhadas com as metas governamentais que, por sua vez, foram pactuadas no Plano Plurianual 2020-2023.

Este relatório de Gestão contém informações sobre a execução dos programas e das ações realizadas pelo ITERPA constantes no PPA que, ao mesmo tempo, relacionam-se com os objetivos estratégicos e compromissos regionais do governo. Além de registrar os resultados, que evidencia os impactos e atuação nos municípios e regiões de integração.

Estes resultados visam demonstrar os reflexos diretos e indiretos à sociedade, e sua influência nos indicadores, especialmente nos que expressam o ordenamento territorial do Estado, uma vez que o seu foco de atuação gera benefícios, sobretudo, nas atividades de pequenas propriedades rurais e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2020-2023

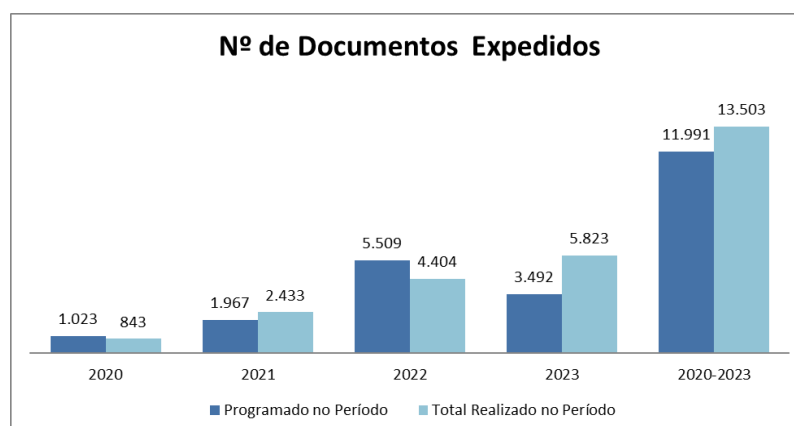
A meta estabelecida para o período de 2020-2023 foi superada em 6,26% com a emissão de **13.503 Documentos de terra**, sendo 8.197 títulos definitivos individuais, 26 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 17 títulos de légua patrimonial, 3.627 documentos de regularização urbana; 1.054 concessões de direito real de uso para Projetos de Assentamentos Sustentáveis-PEAS e Projetos Agroextrativistas – PEAEX; 487 certidões de terras; 79 termos de permuta e 19 termos de resgate de aforamento, beneficiando agricultores de todas as Regiões de Integração.

Quadro 1: Documentos Expedidos no período de 2020- 2023

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	2020	2021	2022	2023	TOTAL
PROGRAMADO NO PERÍODO	1.023	1.967	5.509	3.492	12.710
Certidões emitidas	111	147	170	58	486
Títulos de Terra Individuais	360	1.200	2.063	4571	8.194
Título coletivos	3	3	5	15	26
Título de légua patrimonial	3		8	7	18
REURB		868	1.704	1.055	3.627
CDRU	349	193	417	88	1.047
CDRU coletivo	2	1	3	1	7
Termos de aforamento	4	4	8	3	19
Termo de permuta	11	17	26	25	79
TOTAL REALIZADO NO PERÍODO	843	2.433	4.404	5.823	13.503

Fonte: SIGPLAN

Gráfico 01: Nº de Documentos Expedidos.



Fonte: SIGPLAN

- Emissão de **5.823 Documentos de terra em 2023**: **4.571** títulos definitivos individuais, **15** títulos definitivos para comunidades quilombolas, **1.055** documentos de regularização urbana, **89** concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos, **07** títulos de légua patrimonial, **58** certidões de terras, **25** termos de permuta e **03** termos de resgate de aforamento, beneficiando cerca de **5.000 famílias** de agricultores de todas as Regiões de Integração e **1.055 famílias** moradores de áreas urbanas da Região do Guajará - município de Ananindeua e Belém. Foi aplicado o valor de **R\$ 9.987.565,75** na ação de regularização fundiária.
- **Emissão de 4.571 títulos definitivos individuais de lotes rurais**



Entrega de títulos definitivos na Região de Integração Caetés no município de Capanema
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/48443/em-capanema-governo-entrega-titulo-de-terra-beneficios-do-sua-casa-e-novo-banpara#lg=1&slide=4>



Entrega de mais de 100 títulos definitivos em São Miguel do Guamá
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/46481/mais-de-580-familias-sao-contempladas-pelo-estado-com-programas-sociais-em-sao-miguel-do-guama#lg=1&slide=0>



Entrega de 500 títulos na Região de Integração Tocantins em Abaetetuba.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/43275/governo-do-para-entrega-titulos-de-terra-e-beneficia-500-moradores-de-abaetetuba#lg=1&slide=0>



Entrega de 170 títulos Região de Integração Guamá, municípios de Castanhal e Inhangapi.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/42608/governo-do-para-entrega-mais-de-170-titulos-de-propriedade-em-castanhal-e-inhangapi>



Entrega de 170 títulos de terras na Região de Integração Guamá no município de Igarapé-açu.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/48541/igarape-acu-faz-aniversario-e-recebe-investimentos-do-governo-estadual>



Entrega de 60 títulos na Região de Integração Carajás - Conceição do Araguaia e Redenção.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/41615/com-mais-60-titulos-estado-amplia-regularizacao-fundiaria-em-conceicao-do-araguaia-e-redencao#lg=1&slide=0>

- **Emissão de 15 títulos coletivos de reconhecimento para comunidades quilombolas**



Entrega de Título Coletivo de Reconhecimento de Remanescentes de Quilombolas para as famílias da Comunidade Menino Jesus de Pitimandeu na Região de Integração Guamá - Inhangapi.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/42593/comunidade-quilombola-pitimandeu-recebe-titulo-de-reconhecimento-de-dominio-coletivo#lg=1&slide=0>



Entrega de Título Coletivo de Reconhecimento de Remanescentes de Quilombolas – 20/11/2023 Dia Nacional da Consciência Negra.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/49229/governo-do-para-entrega-titulos-de-terra-para-mais-de-mil-familias-quilombolas#lg=1&slide=0>

- **Emissão de 1.055 documentos de terra de regularização urbana**



Entrega de 844 documentos de terra no bairro da Guanabara , Ananindeua
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/46875/iterpa-entrega-mais-de-800-titulos-de-terra-em-ananindeua-na-grande-belem#lg=1&slide=1>

- **Emissão de 89 concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos**



Entrega de concessão de direito real de uso para Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista “PEAEX Deus é Fiel” na Região de Integração Marajó no município de Portel.

Fonte: ITERPA

2. ITERPA NO PPA 2020-2023

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2020-2023, na qual estabelece objetivos, metas e ações com base nas diretrizes estratégicas: sociedade de direitos, crescimento inteligente, trabalho com responsabilidade, gestão pública eficiente presente; que orientam a implementação da ação governamental.

As atividades finalísticas do ITERPA estão dispostas no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do PPA, com a ação de regularização fundiária, tendo como objetivo a realização do ordenamento territorial e regularização fundiária no Estado, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária.

Desta forma, a organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações e alicerçada aos demais programas, manutenção da gestão e governança pública. Neste sentido, este Relatório de Gestão, referente ao ano de 2023, apresenta, de forma sucinta, as principais realizações consolidadas nos três programas do PPA que o ITERPA participa, sendo:

1. Governança Pública;
2. Manutenção da Gestão; e
3. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável

2.1. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA

No Programa Governança Pública, o ITERPA participou com cinco ações estratégicas com o objetivo de prover a governabilidade do poder executivo e aprimorar o desenvolvimento de pessoas, sendo estes: Capacitação de agentes públicos; Construção e conservação de imóveis públicos estaduais; Edição e publicação de atos da administração pública; e Gestão de tecnologia da informação e comunicação. Durante o período de 2020-2023 foi aplicado o valor de **R\$ 16.750.897,07** no programa o que representa **20,5%** da dotação que foi **R\$ 81.571.996,62**.

Quadro 2: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Governança Pública de 2020-2024

GOVERNANÇA PÚBLICA	2020						2021					
	Físico			Financeiro			Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Capacitação de Agentes Públicos	10	5	50	79.800,00	20.462,24	25,64	10	2	20,00	35.000,00	4.400,00	12,57
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	1	2	200	46.460,00	41.423,62	89,16	1	1	100,00	1.997.169,60	37.949,52	1,90
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	264	186	70,45	102.100,00	63.739,34	62,43	260	1098	422,31	503.732,00	231.308,75	45,92
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	2	2	100	420.227,50	225.662,60	53,70	9	11	122,22	17.244.333,80	3.064.058,26	17,77
TOTAL POR ANO				648.587,50	351.287,80	54,16	TOTAL POR ANO			19.780.235,40	3.337.716,53	16,87
GOVERNANÇA PÚBLICA	2022						2023					
	Físico			Financeiro			Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Capacitação de Agentes Públicos	10	11	110	269.976,00	10.400,00	3,85	20	24	120	270.000,00	103.990,40	38,51
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	1	1	100	2.605.830,50	102.624,43	3,94	1	0	0	12.950.656,00	0,00	0,00
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	478	771	161,30	984.000,00	269.674,50	27,41	310	1.113	359,03	767.550,00	274.584,60	35,77
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	19	7	36,84	18.012.443,97	4.742.433,13	26,33	19	6	31,58	25.282.717,25	7.558.185,68	29,89
TOTAL POR ANO				21.872.250,47	5.125.132,06	23,43	TOTAL POR ANO			39.270.923,25	7.936.760,68	20,21
TOTAL PPA				81.571.996,62	16.750.897,07	20,54						

Fonte: SIGPLAN

Em relação à execução financeira no exercício de 2023, o programa Governança Pública iniciou com dotação inicial no valor de R\$ 10,01 milhões. A dotação real totalizou R\$ 39,3 milhões. A despesa realizada no programa chegou a R\$ 7,9 milhões o que corresponde a 77% da dotação inicial e 20,21% da dotação real.

Quanto a fonte de receitas das despesas realizadas, 66% foram provenientes de Recursos Próprio de Alienação de Bens, enquanto que, 24% foi fonte do Recursos Ordinários e 10% Próprios da Administração Indireta, juntos somaram o montante de R\$ 7.936.760,68. Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 5,2 milhões (66,06%) correspondem a Investimentos e R\$ 2,7 milhões (33,94%) correspondem a outras despesas correntes, sendo R\$ 1,9 milhões recursos ordinários do Tesouro e R\$ 814.114,01.

Com relação à execução das ações, destacam-se a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi responsável por 95,23% das despesas do programa, com a realização de R\$ 7,5 milhões do recurso liquidado; ação de Edição e Publicação de Atos da Administração Pública que teve participação de 3,45% das despesas realizadas, correspondendo a R\$ 274 mil e Capacitação de agentes públicos utilizou 1,31% das despesas

Quadro 3: Execução Meta Física e Financeira do Programa Governança Pública

Ação	Produto	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	10	24	240	135.000,00	270.000,00	103.990,40	77
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	1	0	0	2.500.000,00	12.950.656,00	-	0
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	310	1.113	359	492.000,00	767.550,00	274.584,60	75
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	19	6	32	6.887.485,00	25.282.717,25	7.558.185,68	52
					10.014.485,00	39.270.923,25	7.936.760,68	36

Fonte: SIGPLAN

AÇÃO 1: Capacitação de Agentes Públicos

PRODUTO: *Agente público capacitado*

No que diz respeito a ação de capacitação de agentes públicos, em 2023, a meta prevista foi de 10 agentes capacitados, sendo que 24 servidores participaram de cursos de capacitação, representando superação de 140% da meta prevista. A execução orçamentária teve como dotação real o valor de R\$ 135 mil, no entanto, a despesa realizada foi de R\$ 103.990,40

AÇÃO 2: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

PRODUTO: *Obra realizada*

Não houve realização de serviços de construção e conservação do imóvel no exercício de 2023

AÇÃO 3: Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

PRODUTO: *Serviços realizados*

A ação gestão de tecnologia da informação e comunicação foram realizados 6 serviços no mês de novembro. Estes serviços vão desde a contratação de serviço de tecnologia da informação e comunicação (PRODEPA) à aquisição de software de aplicação. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de R\$ **7.558.185,68**, representando **52%** da dotação real (R\$ 15,3 milhões).

Ação 4: Edição e Publicação de Atos da Administração Pública – ITERPA

PRODUTO: Ato publicado

Na ação edição e publicação de atos da administração pública, a meta prevista foi de **310 atos publicados no Diário Oficial do Estado - DOE**, entretanto, foram publicados **1.113 atos**, representando a superação da meta em 259% da meta programada, entre os principais atos publicados foram: portarias, atos administrativos de regularização fundiária, edital de compra de terras, distrato de contrato, apostilamentos, termos de retificação, extrato de contrato, inexigibilidade de licitação, edital de notificação, dispensa de licitação, termo aditivo, termo de homologação, editais de permuta. No que diz respeito ao financeiro foi executado **R\$ 274.584,60** ou seja, 75% da dotação real que foi de **R\$ 367.550,00**.

2.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO

No Programa Manutenção da Gestão, o ITERPA possui cinco ações estratégicas com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do Estado, sendo estes: Abastecimento de unidades móveis do estado; Concessão de auxílio alimentação; Concessão de auxílio transporte; Operacionalização das ações administrativas; e Operacionalização das ações de recursos humanos. Durante o período de 2020-2023 foi aplicado o valor de R\$ **96.395.263,56** no programa o que representa 61,59% da dotação que foi **R\$ 156.110.773,23**.

Quadro 4: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão de 2020-2023.

MANUTENÇÃO DA GESTÃO	2020						2021					
	Físico			Financeiro			Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Abastecimento de unidades móveis do Estado	17	20	117,6	457.520,00	136.281,67	29,79	17	28	164,71	504.840,00	275.510,40	54,57
Concessão de Auxílio Alimentação	175	194	110,9	2.630.500,00	1.366.946,66	51,97	177	263	148,59	3.588.395,06	1.858.929,54	51,80
Concessão de Auxílio Transporte	124	153	123,4	401.161,44	238.725,97	59,51	126	240	190,48	710.902,22	356.127,32	50,10
Operacionalização das ações administrativas	30	48	160	13.237.336,48	3.930.956,27	29,70	41	43	104,88	13.498.415,17	3.776.519,13	27,98
Operacionalização das ações de recursos humanos	264	317	120,1	21.073.355,34	14.328.915,98	68,00	359	341	94,99	19.009.927,68	16.874.874,47	88,77
TOTAL POR ANO				37.799.873,26	20.001.826,55	52,92				37.312.480,13	23.141.960,86	62,02
MANUTENÇÃO DA GESTÃO	2022						2023					
	Físico			Financeiro			Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Abastecimento de unidades móveis do Estado	32	16	200	603.060,00	408.931,56	67,81	30	21	70	1.106.884,00	465.000,00	42,01
Concessão de Auxílio Alimentação	242	263	92,02	3.015.547,00	2.689.706,72	89,19	242	221	91,32	4.440.493,00	2.649.186,49	59,66
Concessão de Auxílio Transporte	203	273	74,36	508.808,00	424.580,77	83,45	341	248	72,73	674.440,40	378.122,96	56,06
Operacionalização das ações administrativas	47	45	104,4	8.665.997,24	3.013.080,42	34,77	40	36	90	8.910.678,45	3.524.146,86	39,55
Operacionalização das ações de recursos humanos	436	322	135,4	31.202.127,24	23.385.668,79	74,95	436	303	69,5	21.870.384,51	16.313.051,58	74,59
TOTAL POR ANO				43.995.539,48	29.921.968,26		TOTAL POR ANO			37.002.880,36	23.329.507,89	63,05
TOTAL PPA				156.110.773,23	96.395.263,56	61,75						

Fonte: SIGPLAN.

Em relação à execução financeira no exercício de 2023, as despesas realizadas no Programa somaram um montante de R\$ 23 milhões, superando em 9% da dotação orçamentária que foi de R\$ 21 milhões.

Quanto às fontes utilizadas nas despesas realizadas, 75% foram provenientes de Recursos Ordinário do Tesouro, enquanto que, 6,53 foi fonte do Recurso Próprio da Administração Indireta, 1,03% Recurso Próprio de Alienação de Bens e 17,54 Recursos do Fundo Petrobras, juntos somaram o montante de R\$ 23,3 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 16,3 milhões (69,91%) correspondem a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 29,6 milhões (27,31%) representa Outras Despesas Correntes e R\$ 240 mil (1,03%) correspondem aos investimentos.

Quadro 5: Execução Meta Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão

Ação	Produto	Un	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			%
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	Un	30	21	70	300.000,00	606.884,00	465.000,00	77
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	242	221	91	1.520.000,00	1.846.168,00	2.649.186,49	143
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	341	248	73	250.000,00	305.244,00	378.122,96	124
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	40	36	90	6.114.608,00	5.089.874,00	3.524.146,86	69
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	436	303	70	18.741.307,00	13.651.966,00	16.313.051,58	119
TOTAL						26.925.915,00	21.500.136,00	23.329.507,89	109

Fonte: SIGPLAN – 02/01/2024

AÇÃO 1: Abastecimento de Unidades Móveis

PRODUTO: *Unidade abastecida*

Na ação de abastecimento de unidades móveis do estado, em 2023, teve como meta prevista 32 unidades abastecidas, sendo que foram abastecidas no mês de dezembro 21 unidades, correspondendo 70% da meta. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de **R\$ 465.000,00**, representando 77% da dotação real (R\$ 606,8 mil).

AÇÃO 2: Operacionalização das Ações Administrativas

PRODUTO: *Contratos mantidos*

Com relação a ação operacionalização das ações administrativas que constou de despesas com manutenção predial; vigilância; limpeza e conservação; utilidade pública; material de consumo; aluguel de veículos; serviços prestados por pessoa jurídica, dentre outros a meta prevista foi de 40 contratos mantidos, sendo realizado 36 contratos no mês de dezembro, representando 90% da meta. Em relação ao financeiro foi executado **R\$ 3.524.164,86**, ou seja, 69% da dotação real que foi de R\$ 5,0 milhões.

AÇÃO 3: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

PRODUTO: *Servidor remunerado*

Na ação Operacionalização das Ações de Recursos Humanos foram **379 servidores remunerados** em dezembro/2023, com valor aplicado de **R\$ 16.313.051,58**

Quadro 6: Servidores do ITERPA no mês de dezembro/2023:

TIPO DE SERVIDOR	QUANTIDADE	%
Amparados pela Constituição	72	19
Concursados	52	14
Comissionados	42	11
Temporários	164	43
Estagiários	49	13
Total	379	100,00

Fonte: SIGPLAN

AÇÃO 4: Concessão de Auxílio Alimentação

PRODUTO: *Servidor beneficiado*

Na ação Concessão de Auxílio Alimentação foram beneficiados em média **221 servidores**, reflexo do aumento do quantitativo de servidores temporários. O valor aplicado foi **R\$ 2.649.186,49**

AÇÃO 5: Concessão de Auxílio Transporte

PRODUTO: *Servidor beneficiado*

Na ação Concessão de Auxílio Transporte foram **248 servidores beneficiados** com auxílio transporte no período. O valor aplicado foi de **R\$ 378.122,96**

2.3. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL

No programa meio ambiente e ordenamento territorial, o ITERPA é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra, beneficiando prioritariamente pequenos proprietários rurais, comunidades quilombolas e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

As ações estratégicas do governo para regularização fundiária de áreas de jurisdição estadual, também priorizam os municípios contemplados no programa territórios sustentáveis, e a regularização fundiária urbana (REURB), ou seja, regularização de núcleos urbanos irregulares, de modo a assegurar o direito de propriedades aos diferentes segmentos sociais, conquistando avanços importantes na política fundiária do estado.

Durante o período de 2020-2023 foram emitidos **13.503** documentos de terra, superando em **13%** a meta física de **11.991**. Quanto à execução financeira, foi aplicado o valor de **R\$ 32.856.966,82** no programa o que representa **27,45%** da dotação que foi **R\$ 119.675.860,42**

Quadro 7 Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável de 2020-2023

MEIO AMBIENTE E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	2020					
	Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Regularização fundiária	1023	843	82,4	31.205.091,67	5.281.507,41	16,93
MEIO AMBIENTE E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	2021					
	Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Regularização fundiária	1967	2433	123,7	51.253.498,62	11.005.986,56	21,47
MEIO AMBIENTE E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	2022					
	Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Regularização fundiária	5.509,00	4.404,00	79,94	17.570.039,89	6.581.907,10	37,46
MEIO AMBIENTE E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	2023					
	Físico			Financeiro		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Regularização fundiária	3492	5823	166,8	19.647.230,24	9.987.565,75	50,83
TOTAL 2020-2023	11.991,00	13.503,00	112,61	119.675.860,42	32.856.966,82	27,45

Fonte: SIGPLAN

2.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Em relação à execução financeira em 2023, as despesas realizadas somaram um montante de R\$ 9,9 milhões, representaram 51% da dotação orçamentária real, que foi de R\$ 19,6 milhões.

Da despesa realizada, 48,03% do recurso foram provenientes de Recursos Próprios de Alienação de Bens, 39,85% de Recursos Próprios da Administração Indireta, 6,92 do Fundo Petrobras e 5,2 de Recursos Ordinários do Tesouro

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 5,9 milhões (54,38%) representa os Investimentos, e R\$ 5 milhões (45,62%) correspondem a Outras despesas Correntes.

Quadro 8: Execução Meta Física e Financeira do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

Ação	Produto	Um	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira			(%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Um	3.492	4273	122	7.968.796,00	19.647.230,24	9.987.565,75	51

Fonte: SIGPLAN

O detalhamento da execução orçamentária por região de integração apresenta a distribuição orçamentária da meta inicial e realizada do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, na ação de regularização fundiária. Em 2023 (jan-dez), a execução orçamentária iniciou com dotação de R\$ 6,9 milhões, sendo que o recurso executado totalizou R\$ 9,9 milhões, superando em 63% o valor inicial programado.

Quadro 9: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração

Região de Integração	Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2023	Despesa Realizada	%
Araguaia	250	90	36	346.000,00	28.640,25	8
Baixo amazonas	151	59	39	257.808,00	185.131,71	72
Carajás	100	56	56	140.000,00	126.588,95	90
Guajará	1520	1066	70	3.470.341,00	7.198.298,41	207
Guamá	410	1577	385	470.000,00	877.491,06	187
Marajó	21	6	28	35.000,00	24.092,75	69
Tucuruí	50	13	26	70.000,00	2.630,52	4
Caeté	200	1.244	622	280.000,00	642.135,17	229
Capim	300	435	145	420.000,00	337.516,71	80
Tapajós	50	32	64	70.000,00	1.126,24	2
Tocantins	350	1.225	350	450.000,00	563.260,40	125
Xingu	90	20	22	120.000,00	653,58	1
Total	3.492	5.823	166	6.129.149,00	9.987.565,75	163

Fonte: SIGPLAN

A região do Guajará respondeu por 72% do total do recurso executado. Na região do Guajará, a execução orçamentária foi de R\$ 7,2 milhões, correspondendo a 207% da meta inicial, que foi de R\$ 3,4 milhões. Várias despesas com ações de regularização fundiária são realizadas na região, como diárias, suprimento de fundo, serviço de desenvolvimento do sistema de cadastro e regularização fundiária – SICARF, georreferenciamento, locação de veículos, e aquisição de material de consumo e de equipamentos para atividade campo, marcos de concreto e serviço de aerofotogrametria.

A região do Guamá participou com 8,79% do total do recurso executado. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 877 mil, superando a dotação inicial de R\$ 470 mil.

A região do Rio Caeté correspondeu por 6,42% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 642 mil, representando a superação da dotação inicial (R\$ 174 mil). Houve superação em 5 vezes da meta física inicial de 200 documentos de terras emitidos, sendo emitidos 818 documentos para Capanema e 394 para Viseu

A região do Tocantins participou com 5,64% do total do recurso executado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 233 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 563 mil, superando o valor inicial previsto. Este resultado pode ser explicado, em parte, pela superação da meta física programada para Abaetetuba, sendo que foram emitidos 1004 documentos de terra.

A região do Rio Capim participou com 3,38% do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 420 mil e, a despesa realizada totalizou R\$ 337 mil.

A região do Baixo Amazonas participou com 1,85% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 287 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 185 mil o que representa 72% da dotação prevista.

A região do Carajás respondeu por 1,27% do total do recurso executado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 140 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 126 mil.

A região do Araguaia representou 0,29% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou o exercício com dotação Inicial no valor de R\$ 346 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 28 mil, representando 8% de execução. Este resultado ficou abaixo do esperado em razão da reprogramação das atividades de campo na ação de regularização fundiária, por problemas técnicos e operacionais (entrega de veículos, remanejamento das ações do governo), além da questão relacionada prevenção da covid.

A região do Marajó participou com 0,24% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 35 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 24 mil, ficando baixo do valor inicial previsto.

A região do Lago Tucuruí respondeu por 0,03% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 70 mil, e despesa realizada de R\$ 2,6 mil.

A região do Tapajós respondeu por 0,01% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve como dotação inicial de R\$ 70 mil, sendo que a despesa realizada somou o montante de R\$ 1 mil.

A região do Xingu respondeu por 0,01% do total do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 120 mil, e despesa realizada somando o montante de R\$ 653,00 com desempenho abaixo do esperado.

2.3.2. ARRECAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS PÚBLICAS

Esta ação tem como objetivo arrecadar e matricular as áreas devolutas de particulares, incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado, facilitando, as ações destinadas à titulação individual e coletiva de pequenos, médios e grandes produtores rurais, novos projetos de assentamentos e comunidades quilombolas existentes nos diversos municípios paraenses.

RESULTADO:

- Total de terras arrecadadas e matriculadas foi de **184.032,4209 hectares** ao patrimônio do Estado.

Quadro 10: Áreas arrecadadas e matriculadas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA (ha)
Araguaia	Conceição do Araguaia	Gleba Cascalheira	184,5932
	Redenção	Gleba San Martin – Parte A	568,5881
	São Félix do Xingu	Gleba Califórnia	24.600,7478
	Tucumã	Gleba Placa Branca	1.134,1584
Caetés	Peixe boi	Gleba Sol Nascente	9.602,9118
	Santa Luzia do Pará	Gleba Arapé	6.375,3227
	Tracuateua	Gleba Pindoal	51,0099
	Viseu	Gleba do Japim	1.001,0505
Capim	Garrafão do Norte	Gleba Bom Futuro	41.636,6630
		Gleba Alto Alegre II	695,3242
	Ipixuna do Pará	Rio Paraquequara	3.308,5130
		Gleba Água do Bom Jesus	248,7838
	Paragominas	Gleba Ouro Bonito	25,3189
		Gleba Juariteua	2.910,1347
	Rondon do Pará	Gleba Triangulo	599,8844
		Gleba Confiança	2.147,2188
	Tomé Açu	Gleba Mandacaru I	5.529,8836
		Gleba Açaizal	16,1271
Guajará	Ananindeua	Gleba providência	0,0370
Guamá	Magalhães Barata	Gleba Canteiro	1.353,5913
	Marapanim	Gleba Chico	6.264,6199
		Gleba Tamataquara	3.509,0313
	Curuçá	Gleba Apolo 11	1.242,2969
	Santa Izabel do Pará	Gleba Porto De Minas	3.885,2005
		Gleba Catumbi	3.252,5709
	São Miguel do Guamá	Gleba Matapiriteua - Parte I	1.714,4414
		Gleba Matapiriteua - Parte II	6.404,9492
Terra Alta	Gleba Apolo 11	1.242,2969	
Tocantins	Baião	Gleba Arumanzal	13.502,8068
	Barcarena	Gleba Barcaça	1.590,1818
		Gleba Mucuruça	1,3324
	Cametá	Gleba Retiro Santa Luzia	49,5276
	Tailândia	Gleba Tailândia III	39.383,3031
TOTAL			184.032,4209

Fonte: DEAF/CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

2.3.3. SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ – SICARF

O SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, tem o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária no Estado. O novo sistema substituirá atual metodologia utilizada pelo ITERPA, sobretudo no que se refere ao cadastramento de

dados dos ocupantes de terras públicas estaduais para agilizar o processo de regularização fundiária.

A versão final do módulo de Banco de Dados do Sistema foi implantado nos equipamentos/servidores do ITERPA e realizada a apresentação e treinamentos dos técnicos do órgão visando a operacionalização e utilização pelos usuários em geral. A próxima fase em implantação consta da elaboração dos módulos análise, monitoramento e transparência.

Quadro 11: Processos Cadastros no SICARF

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Processos em análise	20.821	76,58
Processos arquivados	3.270	9,02
Projetos finalizados	5.395	14,40
Total	29.486	100,00%

Fonte: SICARF - em 02/01/2024

Quadro 12: Tipos de processo no SICARF

TIPO DE PROCESSO	Nº ABSOLUTO	%
Certidão de Título	602	2,79
Informação	1063	4,59
Não Oneroso	12122	30,15
Oneroso	4916	20,48
PEAEX	5	0,03
PEAS	7	0,03
Permuta	8	0,05
Resgate de Aforamento	7	0,04
REURB	10748	41,81
TEQ	3	0,01
Transferência de direitos	5	0,02
TOTAL GERAL	29486	100

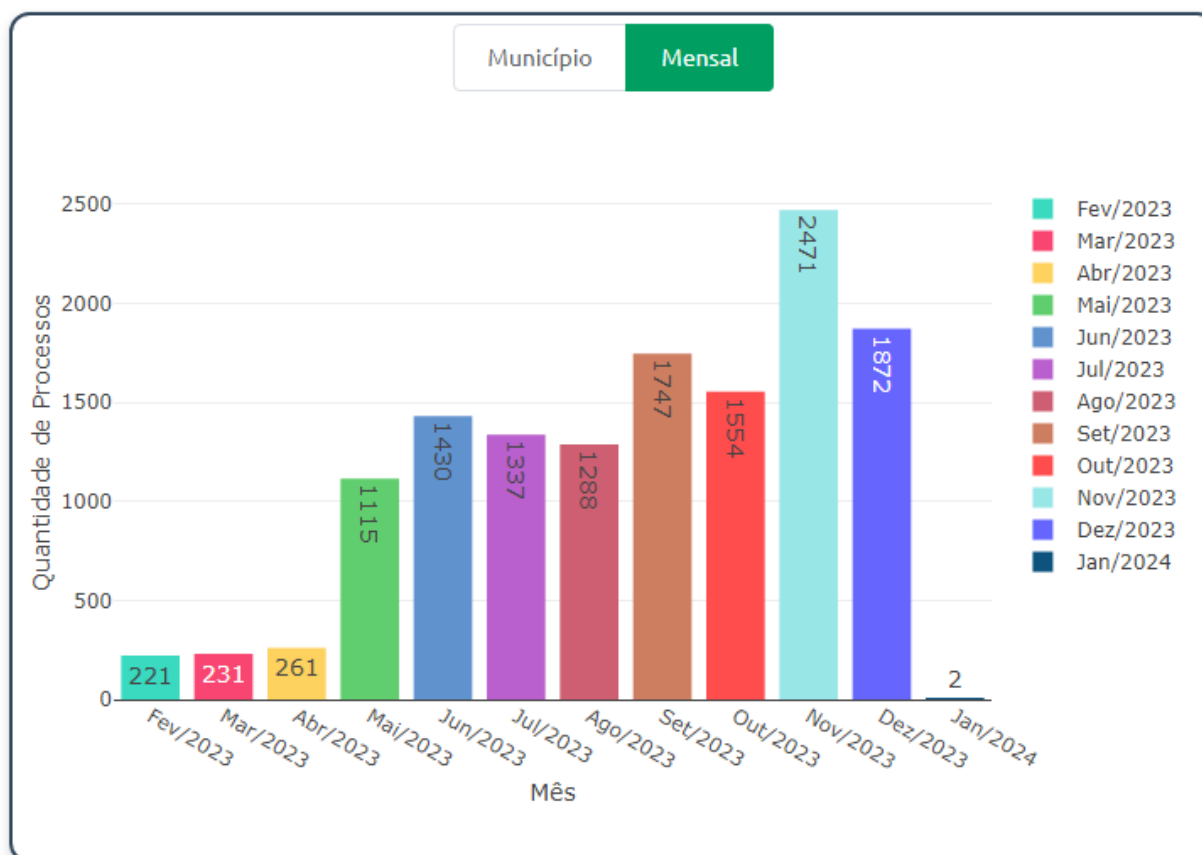
Fonte: SICARF - em 02/01/2024

Quadro 13: Cadastros anuais no SICARF

CADASTROS ANUAIS	ABSOLUTO	%
Até 2019	1.312	4,44
2020	1.633	5,54
2021	8165	27,69
2022	4847	16,44
2023	13.527	45,88
Jan/2024	2	0,01
TOTAL	29.486	100

Fonte: SICARF - em 02/01/2024

Gráfico 02: Evolução Mensal dos Cadastros do SICARF em 2023



Fonte: SICARF - em 02/01/2024

2.3.4. AÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – METAS FÍSICAS

No programa meio ambiente e ordenamento territorial, o ITERPA é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra para pequenos e médios produtores rurais.

Considerando os resultados no PPA, em 2023, a meta programada para as ações de regularização fundiária foi de **3.492** documentos expedidos, entretanto, foram emitidos **5.823** documentos, superando em **67%** a meta prevista.

Produto: Documento Expedido

- Emissão de **8.823 Documentos de terra em 2023 com superação de 65% da meta de 3.492: 4.571** títulos definitivos individuais, **15** títulos definitivos para comunidades quilombolas, **1.055** documentos de regularização urbana, **89** concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos, **07** títulos de légua patrimonial, **58** certidões de terras, **25** termos de permuta e **03** termos de resgate de aforamento, beneficiando cerca de **8.000 famílias** de agricultores e **1.055 famílias** moradores de áreas urbanas da Região do Guajará - município de Ananindeua e Belém. Foi aplicado o valor de **R\$ 9.987.565,75** na ação de regularização fundiária.

Todas as regiões foram contempladas com ações de regularização fundiária: emissão de 27,08% dos documentos expedidos para região do Guamá; 21,36% para a região do Caetés; 21,04% para a Região do Tocantins 18,31% para o Guajará; 7,47 para o Rio Capim; 1,55 para Araguaia; 1,38 para a Região do Baixo Amazonas; 1,01% para Baixo Amazonas; 0,96% para Carajás; 0,55 para o Tapajós e 0,36% para as regiões do Xingu, Lago Tucuruí e Marajó juntas.

As regiões mais beneficiadas com emissão de documentos de terra foram: Guamá (1577), Caetés (1244), Tocantins (1225), Guajará (1.066) e Capim (435). Regiões com menor número de documentos de terra: Xingu (20), Lago Tucuruí (13) e Marajó (6)

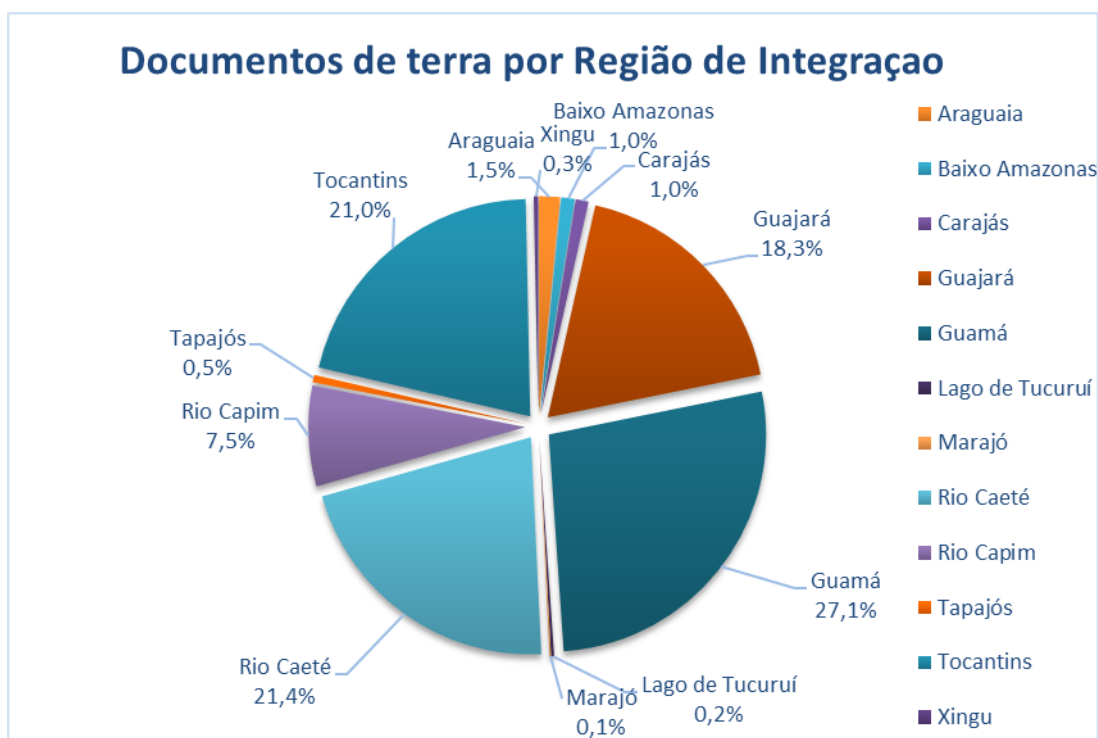
O município que mais foi contemplado com documentos de terra foi Ananindeua da Região de integração do Guajará com 1050 documentos de terra, sendo que destes 1049 de regularização urbana. Em seguida foi Abaetetuba com 1004 na Tocantins; 818 em Capanema na Caetés; São Miguel do Guamá com 763 e Santa Izabel do Pará com 483 documentos de terra na região do Guamá.

Quadro 14: Documentos de terra expedidos por Região de Integração

Região de Integração	Absoluto	%
Araguaia	90	1,55
Baixo amazonas	59	1,01
Carajás	56	0,96
Guajará	1066	18,31
Guamá	1577	27,08
Marajó	6	0,10
Tucuruí	13	0,22
Caeté	1.244	21,36
Capim	435	7,47
Tapajós	32	0,55
Tocantins	1.225	21,04
Xingu	20	0,34
Total	5823	100

Fonte: SIGPLAN

Gráfico 03: Documentos Expedidos por Região de integração



Fonte: SIGPLAN

Quadro 15: Documentos Expedidos por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	PREVISTO	REALIZADO	%
Araguaia		250	90	36
	Conceição do Araguaia	50	29	58
	Redenção	50	14	28
	Santa Maria das Barreiras	50	3	6
	Santana do Araguaia	0	4	
	São Félix do Xingu	50	38	76
	Tucumã	0	1	
	Xinguara	50	1	2
Baixo Amazonas		151	59	39,07
	Alenquer	0	13	
	Almeirim	0	17	
	Faro	0	1	
	Juruti	100		0
	Monte Alegre	1	5	500
	Prainha	0	21	
	Santarém	50	2	4
Carajás		100	56	56
	Eldorado dos Carajás	50	4	8
	Marabá	50	35	70
	Parauapebas	0	11	
	Piçarra	0	2	
	São Geraldo do Araguaia	0	4	
Guajará		1520	1066	70,13
	Ananindeua	500	1050	210
	Belém	20	7	35
	Benevides	500	5	1
	Marituba	500	1	0,2
	Santa Bárbara do Pará	0	3	

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	PREVISTO	REALIZADO	%
Guamá		410	1577	384,6
	Castanhal	50	61	122
	Colares	0	1	
	Curuçá	0	4	
	Igarapé Açu	50	212	424
	Inhangapi	0	10	
	Magalhães Barata	20	2	10
	Maracanã	20	2	10
	Marapanim	20	7	35
	Santa Izabel do Pará	0	482	
	Santa Maria do Pará	100	6	6
	Santo Antônio do Tauá	0	15	
	São Caetano de Odivelas	0	1	
	São Francisco do Pará	50	7	14
	São João da Ponta			
	São Miguel do Guamá	100	763	763
	Terra Alta	0	2	
	Vigia	0	2	
Marajó		21	6	28,57
	Cachoeira do Arari		2	
	Oeiras do Pará	1	1	100
	Portel	20	3	15
Tucuruí		50	13	26
	Breu Branco	0	3	
	Goianésia do Pará	50	9	18
	Itupiranga	0	1	
Caeté		200	1244	622
	Augusto Correa	0	2	
	Bonito	0	4	
	Bragança	50	10	20
	Capanema	50	818	1636
	Nova Timboteua		1	
	Peixe boi	0	6	
	Primavera	50	1	
	São João de Pirabas	0	3	
	Salinópolis	0	2	
	Santa Luzia do Pará	0	3	
	Tracuateua	50	0	0
	Viseu	0	394	

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	PREVISTO	REALIZADO	%
Capim		300	435	145
	Abel Figueiredo		1	
	Aurora do Pará	0	1	
	Bujaru	0	6	
	Capitão Poço	0	1	
	Dom Eliseu	50	11	22
	Garrafão do Norte		3	
	Ipixuna do Pará	50	17	34
	Irituia	0	1	
	Ourém	50	322	644
	Paragominas	50	15	30
	Rondon do Pará	50	36	72
	Tomé Açu	0	7	
	Ulianópolis	50	14	28
Tocantins		350	1225	350
	Abaetetuba	50	1004	2008
	Acará	50	83	166
	Baião	0	5	
	Barcarena	50	13	26
	Cametá	0	7	
	Igarapé Miri	50	4	8
	Mocajuba	0	2	
	Moju	100	32	32
	Tailândia	50	75	150
Tapajós		50	32	64
	Jacareacanga	50	25	50
	Novo Progresso	0	7	
Xingu		90	20	22,22
	Altamira	20	12	60
	Anapu	0	7	
	Pacajá	30		
	Porto de Moz	0	1	
	Senado José Porfírio	40		
TOTAL		3492	5823	166,8

Fonte: SIGPLAN

TÍTULOS DEFINITIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DE LOTES RURAIS INDIVIDUAIS

Titulação de pequenos e médias propriedades rurais através da emissão de títulos individual, havendo duas modalidades de processo, não onerosos (até 100 ha para agricultura familiar) e onerosos (acima de 100 ha).

RESULTADO:

- Emissão de **4.571 Títulos Definitivos**, beneficiando agricultores de todas Regiões de Integração, conforme demonstrado no Gráfico 04.

Quadro 16: Títulos individuais expedidos por região de integração e município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Araguaia	Conceição do Araguaia	20
	Santa Maria das Barreiras	2
	Redenção	12
	São Félix do Xingu	23
Baixo Amazonas	Alenquer	13
	Almeirim	13
	Monte Alegre	4
	Prainha	10
	Santarém	1
Carajás	Eldorado dos Carajás	2
	Marabá	33
	Parauapebas	13
	Piçarra	1
	São Geraldo do Araguaia	5
Guajará	Benevides	5
	Santa Bárbara do Pará	2

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Marajó	Portel	2
Tucuruí	Breu Branco	2
	Goianésia do Pará	9
	Itupiranga	1
Caeté	Augusto Correa	2
	Bonito	4
	Bragança	8
	Capanema	818
	Nova Timboteua	1
	Peixe boi	6
	Primavera	1
	Salinópolis	2
	Santa Luzia do Pará	3
	São João de Pirabas	3
	Viseu	394
Capim	Abel Figueiredo	1
	Bujaru	6
	Capitão Poço	1
	Dom Eliseu	8
	Garrafão do Norte	3
	Ipixuna do Pará	14
	Ourém	319
	Paragominas	13
	Rondon do Pará	36
	Ulianópolis	14
	Tomé Açú	5
Tapajós	Novo Progresso	7
	Jacareacanga	25
Tocantins	Abaetetuba	1002
	Acará	39
	Baião	4
	Barcarena	11
	Cametá	6
	Igarapé Miri	4
	Mocajuba	1
	Moju	24
	Tailândia	67
Xingu	Altamira	6
	Anapu	7
TOTAL		4571

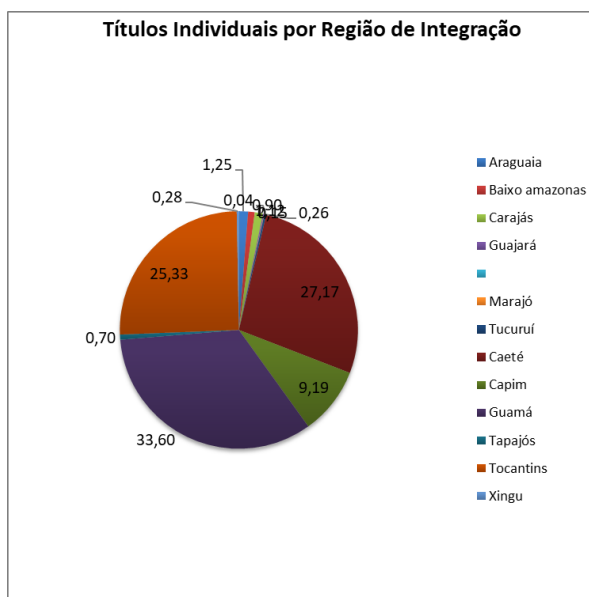
Fonte: SIGPLAN

Quadro 17: Títulos individuais expedidos por Região de Integração

Região de Integração	Absoluto	%
Araguaia	57	1,25
Baixo amazonas	41	0,90
Carajás	51	1,12
Guajará	7	0,15
Guamá	1536	33,58
Marajó	2	0,04
Tucuruí	12	0,26
Caeté	1242	27,15
Capim	420	9,18
Tapajós	32	0,70
Tocantins	1158	25,32
Xingu	13	0,28
Total	4571	100

Fonte: SIGPLAN

Gráfico 04: Títulos individuais expedidos por Região de Integração



Fonte: SIGPLAN

TÍTULOS DE ÁREAS DE LÉGUA PATRIMONIAL

Visa promover a titulação de áreas patrimoniais dos municípios.

RESULTADO:

- Emissão de 04 títulos de áreas de légua patrimonial para Prefeitura Municipal de Almeirim; Emissão de 01 título de légua patrimonial para São Miguel do Guamá; Emissão de 01 título de légua patrimonial para Breu Branco; Emissão de 01 título de légua patrimonial para Curuçá

Quadro 18: Títulos de áreas patrimoniais

Região de Integração	Município	Quantidade	%
Baixo Amazonas	Almeirim	4	57,13
Caetés	Curuçá	1	14,29
Guamá	São Miguel do Guamá	1	14,29
Lago de Tucuruí	Breu Branco	1	14,29
TOTAL		7	100

Fonte: SIGPLAN

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB

De acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, Art. 9º, a regularização Fundiária Urbana (REURB) é o processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. A REURB favorece famílias de baixa renda por meio da modalidade social, garantindo gratuidade na aquisição do documento de propriedade; incentiva o poder público municipal a garantir a aplicação ou melhoria dos serviços essenciais nessas áreas, possibilitando ainda melhor organização dos cadastros municipais. É celebrado Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal e o ITERPA, tendo como objeto a ação conjunta no planejamento, na coordenação e na fiscalização das operações que envolvem: cadastramento, demarcação, georreferenciamento e outros serviços, em glebas estaduais, no âmbito das ações de regularização fundiária urbana.

RESULTADO:

- Emissão de 1055 documentos de terra de áreas urbanas, sendo 348 Concessões de Direito Real de Uso para fins de moradia para moradores para Ananindeua e 01 para Bairro Terra Firme em Belém.

Quadro 19: Documentos de regularização urbana

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Guajará	Ananindeua	1049
	Belém	6
TOTAL		1055

Fonte: SIGPLAN

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS ESTADUAIS DE ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS.

Visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

RESULTADO:

- *Foram emitidas 89 concessões de direito real de uso para 88 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis e 01 Projeto Estadual Agroextrativista, beneficiando 152 famílias, conforme Quadro abaixo:*

Quadro 20 Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e PEAEX

Região	Município	Denominação	Quantidade	Famílias
Guamá	Castanhal	PEAS Cristo Redentor	34	33
Carajás	Eldorado dos Carajás	PEAS Lourival Santana	2	2
Marajó	Portel	PEAEX do Alto Pacajá - ATAAP	1	68
Tocantins	Tailândia	PEAS	7	7
	Acará	PEAS Olga Benário	43	40
	Moju	PEAS	2	2
TOTAL			89	152

Fonte: SIGPLAN

TERMO DE RESGATE DE AFORAMENTO

Esta ação objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros, em cumprimento aos termos do Código Civil de 1916 em seu Título III, capítulo II, artigos 678 a 694, por determinação no disposto no art.2.038 do Livro Complementar das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, mediante o qual determina a proibição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior; no Decreto Estadual nº 73, de 06 de abril de 2011, que autoriza o dirigente desta Autarquia a promover e adotar todos os atos e providências à efetivação dos resgates administrativos; no Decreto Estadual nº 1.805, de 21 de julho de 2009, que define procedimentos para o resgate de enfiteuses, e, na Instrução Normativa nº 05, de 15 de setembro de 2010, que fixa o procedimento legal para o resgate administrativo dos Títulos de Aforamento.

Quadro 21: Resgate de Aforamento por Região e Município

REGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	ÁREA
Carajás	Marabá	1	3.002,5484
	Piçarra	1	8.749,0365
Araguaia	Tucumã	1	1.616,3338
TOTAL		3	4.618,8822

Fonte: SIGPLAN

TERMOS DE PERMUTA

Como forma de proceder a regularização fundiária do Projeto Trairão, o ITERPA vem realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém (Gleba Nova Olinda e Mamuru), Prainha (Gleba Guajará e Gleba Maracu) e Aveiro (Gleba Mamuru) com a celebração de contratos de compensação financeira. Além das permutas do Projeto Trairão, foram feitas permutas nas regiões Araguaia, Capim, Tocantins e Xingu

Quadro 22: Termos de Permuta por Região e Município

REGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Araguaia	Santana do Araguaia	4
	São Félix do Xingu	3
Baixo Amazonas	Prainha	9
Capim	Ipixuna do Pará	1
Tocantins	Baião	1
	Moju	2
	Tailândia	1
Xingu	Altamira	4
TOTAL		25

Fonte: SIGPLAN

CERTIDÕES DE AUTENTICIDADE E LOCALIZAÇÃO

Objetiva certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada.

RESULTADO:

- Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a **emissão de 58 certidões**, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.

Quadro 23: Certidões de Autenticidade e Localização

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Baixo Amazonas	Santarém	4
	Faro	
	Prainha	
Caetés	Bragança	1
Capim	Dom Eliseu	11
	Irituia	
	Tomé Açú	
	Aurora do Pará	
	Paragominas	
Carajás	Marabá	1
Guajará	Ananindeua	4
	Belém	
	Marituba	
	Santa Bárbara do Pará	
Guamá	Castanhal	2
	Inhangapi	
Marajó	Cachoeira do Arari	2
Rio Araguaia	Santana do Araguaia	24
	São Félix do Xingu	
	Santa Maria das Barreiras	
	Conceição do Araguaia	
	Redenção	
Tocantins	Abaetetuba	7
	Barcarena	
	Mocajuba	
	Moju	
Xingu	Altamira	2
TOTAL		58

Fonte: SIGPLAN

2.3.5. TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Produto: Documento Expedido

- Emissão de **146 Documentos de terra** em municípios que aderiram aos Territórios Sustentáveis. Do total de 146 documentos expedidos, 110 títulos definitivos individuais;

02 concessões de direito real de uso para Projetos de Assentamentos Estaduais, 23 certidões de terras, 08 termos de permuta e 03 termos de resgate de aforamento

Quadro 24: Documentos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis

Território de Implementação	Região de Integração	Município	Certidão	Título Individual	CDRU	Termo de Permuta	Resgate de Aforamento	Total
PA 279	Araguaia	São Félix do Xingu	11	23		4		38
		Tucumã					1	1
	Carajás	Marabá		33		1	1	35
		Parauapebas		11				11
BR – 158	Araguaia	Conceição do Araguaia	9	20				29
		Redenção	2	12				14
		Santa Maria das Barreiras	1	2				3
		Santana do Araguaia	1			3		4
CARAJÁS	Carajás	Eldorado dos Carajás		2	2			4
		Parauapebas						
		Piçarra		1			1	2
		São Geraldo do Araguaia		4				4
	Lago do Tucuruí	Itupiranga		1				1
TOTAL			24	109	2	8	3	146

Fonte: SIGPLAN – 13/12/2023

2.3.6. COMPROMISSOS REGIONAIS

O ITERPA é responsável pela emissão de títulos para comunidades remanescentes de quilombo, sendo este um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial para ordenar o uso e a ocupação do solo. A meta inicial era emitir 20 títulos coletivos para comunidades quilombolas, sendo 03 para o Baixo

Amazonas, 03 para o Guamá, 1 para o Rio Capim e 13 para o Tocantins durante o período de execução do PPA 2020-2023.

No exercício de 2021, foi alcançada 15% da meta estabelecida: 01 título para Comunidade União São João no município de Prainha pertencente a Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta para região e beneficiando 19 famílias e 01 para Comunidade Nossa Fátima de Crauateua no município de São Miguel do Guamá na Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta regional e beneficiando 42 famílias. Foi emitido 01 título, que não estava previsto na meta do PPA, para Comunidade Tatituquara, São Sebastião, Ajará e Boa Esperança no município de Bagre na Região do Marajó, beneficiando 41 famílias.

Quadro 25: Compromissos regionais original

REGIÃO	PREVISTO	REALIZADO	%	OBSERVAÇÃO
BAIXO AMAZONAS	3	1	33	União São João - Prainha. Título emitido
GUAMÁ	3	1	33	Nossa Senhora de Fátima de Crauateua – São Miguel do Guamá
CAPIM	1	0		
TOCANTINS	13	1	8	Comunidade São Benedito – Cameté
TOTAL	20	3	15	

Fonte: SIGPLAN

Durante a revisão do PPA 2022 a 2023, foi feita alteração e exclusão de metas estabelecidas e inclusão de emissão títulos para regiões de Caetés e Marajó. Foi cumprida a meta de emissão de 11 títulos para comunidades quilombolas: 2 para o Baixo Amazonas; 01 para Região do Guamá; 01 para o Marajó; 01 para a Região dos Caetés e 06 para Região do Tocantins, sendo que o município de Oeiras mudou da região do Tocantins para a Região do Marajó através do Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, passando a região do Tocantins a ficar com 5 e a do Marajó a ficar com 2 compromissos. A região do Guamá superou a meta, pois foi feita a titulação da Comunidade de Muirateua em São Miguel do Guamá que não constava na relação, pois foi identificada depois da revisão do PPA 2022-2023 e da Comunidade Menino Jesus de Pitimandeu ; já a região do Marajó superou a meta, pois foi

feita a titulação da Comunidade de Tatituquara em Bagre. Já na região do Capim, foi feita a emissão de título definitivo coletivo para Comunidade Quiandeuá – Ipixuna do Pará.

Quadro 26: Compromissos regionais revisados

Região	Previsto	Revisado	Executado	%	Fora	Observação
Baixo Amazonas	3	2	2	100		União São João - Prainha. Peafu – Monte Alegre. Título emitido
Guamá	3	1	1	100	4	Nossa Senhora de Fátima de Crauateua – São Miguel do Guamá; Santa Maria de Muriateua – São Miguel do Guamá; Menino Jesus de Pitimandeuá – Inhangapi; Paraíso – Inhangapi; São Pedro Castanhal - 4
Caeté		1	1	100	1	Comunidade Cuxiú – Bonito; América - Bragança
Capim	1		0		4	Comunidade Quiandeuá – Ipixuna do Pará; Aturiá, Montevidéu e Novo Engenho - Ourém
Marajó		2	2	100	1	Comunidade Balieiro – Bagre; <i>ARQUIA – Oeiras do Pará</i>
Tocantins	13	5	5	100	4	Comunidade São Benedito – Cametá; Ramal do Bacuri – Abaetetuba; Comunidade Juquiri – Moju e <i>Arquibagua: Baixo Guajarauna, Cocal, Divino Espírito Santo e Cinco Reis – Moju; Comunidade Alto Acará em Acará; Comunidade Jabaquara no Acará; Vila Cardoso em Baião; Boa Esperança em Cametá e Poacê em Moju</i>
Xingu	0	0	0	0	1	Comunidade Camutá
TOTAL	20	11	11	100	15	

Fonte: SIGPLAN

QUADRO 27: Compromisso Regional 2022-2023 – 100% da meta concluída

Região de Integração	Processo	Município	Comunidade	Área em há	Famílias N°
Baixo Amazonas	2010/191581	Prainha	União São João	1.709,05	19
	2019/550791				
	2013/123018	Monte Alegre	PEAFU	1.184,78	49
Caeté	2013/320903	Bonito	CUXIU	353,0204	35
Guamá	2007/247407	São Miguel do Guamá	Nossa Senhora de Fátima do Crauateua	746,7239	42
Tocantins	2006/31389	Abaetetuba	Ramal do Bacuri	911, 2263	72
	2010/40428	Acará	Q. Alto Acará	16.122,50	140
	2013/598092	Cametá	São Benedito	3.335,71	133
	2006/137413	Moju	Arquibagua: Baixo Guajarauna, Cocal, Divino Espírito Santo e Cinco reis	1.630,26	46
	2012/295929	Moju	Juquiri	1.013,21	65
Marajó	2012/94830	Bagre	Balieiro	2.998,5055	53
	2015/211283	Oeiras do Pará	ARQUIA	1.060, 8933	56
TOTAL				30.154,6531	710

Fonte: ITERPA / DEAF / CAF / GCQ

QUADRO 28: Títulos emitidos que não estavam nos compromissos

Região de Integração	Processo	Município	Comunidade	Área em há	Famílias
Caetés	2003/445905	Bragança	América	110,6180	100
Capim	2013/15342	Ipixuna do Pará	Quiandeuá	3.738,6484	85
	2022/1084597	Ourém	Monte vídeo	50,2066	29
	2022/1090877		Aturiá	435,9984	165
	2022/1090993		Novo Engenho	368,6528	66
Guamá	2021/102607251	São Miguel do Guamá	Santa Maria de Muiriateua	398,8357	60
	2014/293617	Castanhal	São Pedro	582,9395	52
	2011/488967	Inhangapi	Menino Jesus de Pitimandeuá	302,0730	49
	2013/563889		Paraíso	118,3237	22
Tocantins	2009/334519	Moju	Poacê	1.602,9753	66
	2022/1583106	Baião	Vila Cardoso	1.121,2922	324
	2022/796289	Acará	Jabaquara	56,1960	57
	2013/204679	Cametá	Boa Esperança	716,0915	42
Marajó	2005/65700	Bagre	Tatituquara	7.662,7691	41
Xingu	2022/170614	Porto de Moz	Camutá	5.072,3266	33
TOTAL				2.337,9468	1191

Fonte: ITERPA / DEAF / CAF / GCQ